

COMUNIDADES LGBTQIA+ EM REVISTA_

Neilton dos Reis

*Doutorando em Educação da Universidade Federal de Minas Gerais –
UFMG, neilton.dreis@gmail.com;*

Leandro Leal de Freitas

*Doutor em Educação da Universidade Federal de São Carlos- UFSCar,
leandroleal@live.com;*

Resumo

Esse trabalho se dedica em sentipensar a ideia de “comunidades lgbtqia+” através da produção de uma revista independente. Ele faz parte de uma pesquisa de doutorado em andamento em um programa de pós-graduação em educação. Partindo do conceito de “comunidades de afinidades” de Silvia Rivera Cusicanqui e “fazer comunidades” de Raúl Zibech, nos detemos em refletir sobre as (im)possibilidades de entender formas de associação e compartilhamento de vida entre pessoas lgbtqia+ como “comunidades lgbtqia+”. Nessa ideia, comunidade (de afinidade) tem a ver com lutas em conjunto por objetivos que afetam determinadas pessoas – objetivos esses que poderiam ser resumidos em: imaginar outros mundos. Esse sentipensar é engendrado a uma revista independente (revista_ duas cabeças) que tanto produz memórias de um coletivo de diversidade sexual e de gênero que existiu entre os anos de 2014 e 2017 na cidade de juiz de fora, quanto cartografa os debates atuais dessas pessoas. Esse “campo” em formato de criação editorial nos ajuda a trazer elementos de uma perspectiva (auto)biográfica, indo ao encontro de um jeito produzir, escrever e investigar que seja coerente com a perspectiva teórico-metodológica adotada: da descolonização e do bem viver. Fazer revistas, fazer comunidades. Discutimos, entre outras coisas, a forma que grupos podem fazer esse movimento do comunal acionando elementos como: 1) o fazer coletivo em gerir a vida; 2) o pertencimento; 3) o

enfrentamento às necropolíticas; 4) as afinidades; 5) o respeito às afinidades e particularidades dos outros; 6) as projeções de mudanças.

Palavras-chave: comunidades , lgbtqi+ , revista independente , descolonização.

Introdução

A ideia de “comunidade” tem várias entradas. Eu escolho entrar a partir da ideia descolonial e do Bem Viver. Ou seja, na perspectiva de “comunidades de afinidade” de Sílvia Rivera Cusicanqui (2019), sentipensadas enquanto exercícios de liberdade em uma constatação que não podemos, hoje, falar exclusivamente em comunidades com parentesco. Comunidade (de afinidade) tem a ver com lutas em conjunto por objetivos que afetam aquelas pessoas. Objetivos esses, que poderiam ser resumidos em: imaginar outros mundos.

Essa trabalho funciona como uma publicação de uma revista. Como você vai encontrar em outros Escritos daqui, essa pesquisa foi realizada de muitas formas e com muitas preocupações. Uma delas é a produção e publicação da revista_ duas cabeças: uma plataforma online que reúne textos, imagens, áudios, vídeos, músicas etc, em questões sobre gênero, sexualidade e o que podemos conectar a isso. (www.revistaduascabecas.org).

A primeira observação teórica que faço sobre comunidade na perspectiva de descolonização é Raúl Zibechi (2019) quem me traz: “A comunidade não é, se faz”. Ele indica que é no trabalho reunido, no fazer junto, no fazer coletivo de homens, mulheres, crianças, anciãos que ele percebe a comunidade se fazendo, acontecendo.

A proposta é que não reduzamos a comunidade às instituições, organizações e coletivos (no sentido de movimento social). Não reduzamos a apenas isso. Ainda que faça parte. Mas que voltemos o olhar, todos os outros sentidos e o coração aos trabalhos coletivos que dão vida, sentido e forma àquilo que queremos chamar comunidade. E, assim, assumir que não “somos comunidade”, mas “fazemos comunidade”!

“Sim, uma alegria da vida cotidiana: fazer coisas com pessoas com quem você está ligado por impulsos emocionais, você está respirando o mesmo ar com a sua comunidade e de alguma forma isso conecta energias e coisas que não são apenas do cérebro” (CUSICANQUI, 2019, p. 191).

Ela conta isso para explicar que há formas de ser, estar e pensar o mundo que não estão conectadas apenas ao cérebro, mas a outras partes do corpo e às ações. Com o fazer comunidade não é diferente. Sejam ações de rua ou políticas, sejam coisas do cotidiano ou

qualquer outro afazer, sentipensar nessa perspectiva é fazer um modo de comunidade que envolve o corpo e as emoções e traz esperança, nas palavras dela.

Silvia defende que sua ideia de comunidade, e é a que corroboro nessa tese, se localiza numa justaposição entre os legados de diálogo entre humanos e não humanos e o ideal de liberdade. É o que ela vai chamar de comunidade de afinidade, encarando que já não podemos esperar comunidades que estejam conectadas unicamente pelo parentesco.

Metodologia

Quando optei por discutir nessa pesquisa a ideia de comunidade (e comunidades lgbtqia+) e, imerso nessas leituras que venho trazendo ao longo dos escritos, percebi que as práticas metodológicas da pesquisa deveriam ser orientadas com implicação íntima no comum. Escolhi uma pesquisa desde dentro, ou seja, uma pesquisa que eu estivesse diretamente ligado ao que identificava como comunidade.

Propus uma revista eletrônica. Inspirado na revista geni e na revistalésbi, mas na tentativa mais alargada (de poder inserir vídeos, músicas, podcasts, etc) propus essa plataforma que produzisse memórias do Coletivo Duas Cabeças (coletivo de fizemos comunidade entre 2014 e 2017 na cidade de Juiz de Fora) e continuasse seus debates. Entrei em contato, em ligação à distância, com 11 pessoas que ajudaram a construir em momentos diferentes o Coletivo. Conversamos por horas, gravamos, transcrevemos, editamos, montamos, recebemos materiais, ilustramos, publicamos. E publicamos mais. E mais sete vezes. E continuamos.

E a ideia colou e tem sido essa. A intenção de experienciar (no agora e em memória) a comunidade e daí escrever a tese. Entendendo que não são momentos separados. Não são coisas separadas.

Resultados e discussão

Olhando para tudo que já sentipensei na pesquisa, entendo que o que construí sobre comunidades lgbtqia+ até agora se localiza em quatro ruas: a) aquilo que entendo por comunidade; b) o flerte com a ideia comunalidad (e suas contribuições políticas para sentipensar comunidade); c) a compilação e elaboração daquilo que já foi

produzido sobre movimento lgbtqia+ no Brasil (e o quanto de comunidade consigo extrair disso); e d) o que eu experienciei na minha vida (seja no Coletivo Duas Cabeças, seja em outros tantos lugares). Essas são as ruas que pretendo conectar e promover encontros.

E as conexões, eu que construo junto ao mapa. E que construção é essa? É o cruzar essas ruas onde busquei conhecer comunidades. Quais elementos dizem desses cruzamentos e dão o tom das comunidades lgbtqia+? Invento alguns: 1) o fazer coletivo em gerir a vida; 2) o pertencimento; 3) o enfrentamento às necropolíticas; 4) as afinidades; 5) o respeito às afinidades e particularidades dos outros; 6) as projeções de mudanças.

O *fazer que é coletivo* está no cruzamento do fazer comunidade com o produzir de categorias contra-hegemônicas enquanto movimento político que a comunalidad inspira, do promover cidadania lgbtqia+ com o aprender a insistir e reagir. Coloco esse fazer coletivo como ação que organiza e gere a vida. A ação não é tomada como uma prática que veio de uma elaboração mental e está ali somente para cumprir alguma estratégia. Não. Ação é tomada como uma forma de sentipensar o mundo, se movimentar por ele e, também, cria-lo – o mesmo entendimento do “fazer comunidade” de Raul Zibech.

Por exemplo, fazer coletivo de beber na praça entre adolescentes lgbtqia+ de uma cidade pequena; fazer coletivo de se preparar para o ENEM em um pré-vestibular comunitário de pessoas trans e travestis; fazer coletivo de dividir sentimentos e vidas em grupos de WhatsApp com as amigas gays; fazer coletivo de articular formas de sustentação financeira em comércios e *call centers* – e outros possíveis; fazer coletivo em uma revista_ que é lançada mensalmente e é feita por falas, imagens e sentimentos de pessoas tão diferentes, mas que se entendem no mesmo caminhar de discussão sobre suas identidades, gêneros, sexualidades.

São fazeres que não são feitos em isolamento (cada pessoa por si) e que vêm de uma necessidade de movimentação inventiva – de uma necessidade de ação que não esteja baseada na lgbtqia+fobia, por exemplo, mas que seja contra-hegemônica, numa tentativa de rompimento com a colonialidade. Os fazeres de cidadania lgbtqia+ podem ser associados a isso, ainda mais quando pensamos em ampliar as noções convencionais de cidadania (incluindo aspectos como direito a se apaixonar, direito a sonhar, direito a imaginar novos mundos). Todos eles vão organizar a vida dos membros da comunidade. Servem

tanto para identificar esses membros (têm forma de agir que são coletivas), quanto para identificar a própria comunidade (ela produz fazeres próprios, singulares).

Isso não quer dizer, no entanto, que todo fazer coletivo é igual. Ou que todas as pessoas executam tudo junto e da mesma forma. Os fazeres são feitos por corpos. Coração, braço, perna, pau, cu, buceta e por aí vai. Todos diferentes, todos em sintonia com outros atravessamentos que não necessariamente aquela comunidade. Esse sentipensar-fazer que é coletivo não está na ordem do método científico da Ciência Moderna que pode ser reproduzido com igualdade nas mesmas condições de temperatura e pressão por qualquer pessoa ou grupo.

O *pertencimento*. Esse, inspirado pelas vias, de novo, da produção de categorias contra-hegemônicas que a comunalidade me apresenta; das mudanças nas comunidades; das sociabilidades das movimentações comunitárias brasileiras; e da amizade.

Esse é um ponto importante que pode gerar qualquer confusão. Geralmente comunidades são entendidas como grupo de pessoas que possuem uma identidade em comum. A própria comunidade lgbtqia+ pode ser pensada nessa chave. Mas não é o meu interesse, como apontado em outros Escritos. Isso não quer dizer, no entanto, que não aconteça um sentimento de pertencimento. Mas acredito que ele é produzido por uma identificação e uma acolhida.

A identificação pode se dar por diferentes fatores: desde um entendimento que outros membros da comunidade passam por processos de sentipensar parecidos aos teus (o que geralmente entre nós lgbtqia+ é comum, em especial quando a comparação é feita com a família), passando por uma percepção que as necessidades e dificuldades se assemelham, até uma ideia de que os desejos também podem ser os mesmos — não necessariamente nessa ordem e não necessariamente apenas isso.

Por exemplo, se identificar com a outra que também gosta de escrever e produzir conteúdos de/sobre/para lgbtqia+; ou aquela que foi expulsa de casa quando contou que era lésbica; ou aquela que precisou (e/ou quis) se prostituir e deseja uma vida que não esteja atravessada pela violência extrema; ou aquela que deseja retificação do nome de registro; ou aquela que também sente prazer em ficar com homens e mulheres;

As comunidades lgbtqia+ possuem o elemento da identificação que não passa necessariamente pelo parentesco, mas que está marcado pelo desejar, sentipensar, fazer. E também não precisa estar associada às identidades sexuais e de gênero – de fato há pessoas que nem as reivindicam e ainda assim se constituem enquanto comunidade.

Como sempre, é importante sinalizar: essa identificação não está dada. Existem muitas pessoas lgbtqia+ e cada uma é um Universo. As experiências que eu passei enquanto gay são diferentes da que você passou enquanto mulher trans (ou mesmo das que Hugo passou enquanto gay também, mas que veio de outro lugar e tem outro corpo, outro mundo). Nesse sentido, a identificação é também construída. E construída em comunidade. São necessárias as sociabilidades, as sensibilidades e as reciprocidades.

Entre a visibilização do legado colonial, o fazer comunidade, a defesa da vida da gente e a insistência/reação: é o cruzamento do *enfrentamento às necropolíticas*.

Utilizo o conceito de necropolíticas a partir de Achille Mbembe, porque considero o que mais se aproxima do perfil dessa tese. Ele aponta que são “formas únicas e novas de existência social, nas quais vastas populações são submetidas a condições de vida que lhes conferem o estatuto de ‘mortos-vivos’” (MBEMBE, 2018, p. 71), e ainda que há um novo tipo de controle dos corpos – onde se está menos interessado em inscrever corpos em determinadas normas, ainda que isso ocorra, que enquadrá-los na “ordem da economia máxima”: o massacre.

Esses elementos, que são colocados na chave das necropolíticas, atingem as comunidades lgbtqia+ (e outras) há tempos. Não é difícil de encontrar no livro de João Silvério Trevisan diversos casos de violências – como também não é difícil de encontrar na memória de quase todas as pessoas lgbtqia+. Mas, não é isso que acredito que une uma comunidade. Isso, ao contrário, são políticas para separar, destruir, exterminar. Isso atravessa.

O que faz das comunidades lgbtqia+ possíveis comunidades são as formas de re-inventar vidas, mesmo com esse atravessamento da morte. É a isso que chamo *enfrentamento às necropolíticas*.

Envolve, primeiramente, a luta. Aquela ação que Linda Smith defende, aparece aqui na sua forma mais intensa: uma luta por sobrevivência, em um primeiro momento, seguida de uma luta para

realmente inventar outro mundo em que seja possível corpos e desejos como os nossos existirem.

Por exemplo, a organização de manifestações aos atos de violência implementados pelo Estado; os beijos contra as lgbtqia+fobias que acontecem em locais públicos/comerciais; os boicotes; a criação de economias solidárias que se foquem em redistribuição de renda e possibilidade de acessos entre pessoas lgbtqia+; a associação a outras comunidades que também buscam o enfrentamento às necropolíticas (como MST, MTST, movimentos feministas, movimentos de negras); as movimentações de promoção de saúde mental e combate ao suicídio.

As formas de enfrentamento são plurais, não há fórmulas, não há garantias. O que pode se produzir é muita experimentação e adaptação às novas realidades que vão se dando. E, ainda, algumas comunidades lgbtqia+ estão mais asseguradas que outras – basta pesquisar os índices de violência e crueldade contra pessoas trans e travestis em comparação à com pessoas cis; ou de lésbicas em comparação às gays.

É, talvez, nesse ponto que as identidades mais divergem entre si e que as construções em torno de certa ideia de comunidade lgbtqia+ ficam mais complicadas.

O elemento de *afinidades*: esse cruzamento entre toda a noção de comunidade de afinidade, as sociabilidades lgbtqia+ em suas diversidades e a construção de amizades. Ele se trata disso que também faz com que as comunidades lgbtqia+ estejam no plural.

Cabe uma explicação. Quando digo afinidades, não estou dizendo de particularidades. As particularidades são importantes e ajudam a diferenciar membros entre uma comunidade. O exemplo que veio anteriormente em outro elemento (a forma como grupos experimentam a violência e a crueldade varia) é uma particularidade, não se trata de escolha. E outros exemplos também podem ser colocados: as demandas para construção de cidadania são diferentes; os locais da cidade a que alguns grupos são designados; as representações (e não-representações) políticas de alguns grupos no cenário público; e por aí vai. São particularidades seja de uma pessoa, seja de grupos de pessoas.

As afinidades são as relações que se constroem a partir disso e que aproximam pessoas e grupos.

Quando falo em comunidades lgbtqia+, falo no plural porque essas particularidades e afinidades são muitas. São muitas as formas que essas comunidades podem assumir e nada está dado

necessariamente. As afinidades são construídas ao longo que as necessidades se apresentam, que os prazeres são descobertos e que as relações vão acontecendo. Nesse sentido, elas não são fixas – o que permite um caráter de flexibilidade e dinamicidade das comunidades lgbtqi+. É possível a criação de uma comunidade de ursos, por exemplo, que depois se transfigura em uma comunidade de gays universitários e, então, agreguem umas pessoas e se distanciem de outras. Ou a formação de uma comunidade de lésbicas que vira uma comunidade feminista de não exclusivamente lésbicas. Ou ainda uma comunidade de pessoas travestis que têm como afinidade o trabalho e, em dado momento, passam a ter por afinidade o prazer de viajar juntas.

Ressalto, apenas, uma indicação parecida à que Silvia Cusicanqui expõe quando tece esse conceito de comunidade de afinidade. Num plano geral, nem todas as afinidades são com a vida. Defendo, entretanto, que para entender comunidades lgbtqi+ enquanto comunidades (na chave da descolonização e do Bem Viver), é necessário que as afinidades sejam também pela promoção de vida.

O respeito às afinidades e particularidades. Eu o percebo no cruzamento entre a afinidade pela vida, a construção de cidadania, a produção de categorias contra-hegemônicas e a pluralidade.

O fato de se organizarem enquanto comunidades de afinidades une as comunidades lgbtqi+, pela lógica de como funcionam. Entretanto, é um potencial separador (ainda mais se cruzado às particularidades). Eu me explico: nem sempre tudo se articula de forma harmônica e mesmo saudável. Há diversas complicações, mesmo em Conferências, entre comunidades nas disputas por espaços, por discursos, por sentipensares. Essas diferenças de particularidades e afinidades tensionam em lugares que, nem sempre, é possível atingir o pós-conflito que as comunidades de mudanças almejam.

Acredito que o respeito é uma chave para que esse processo seja construído de forma descolonizadora – não necessariamente que vá evitar o conflito, mas que não vai coloca-lo em uma dimensão que evite o diálogo e se produza mais políticas de extermínio. O respeito aqui sendo entendido como uma ação, um fazer que busca primeiro a identificação do outro como vida (e que deve ser promovida e preservada) e, depois, a conexão com aquilo que pode fazer essa promoção/preservação.

Por exemplo, uma comunidade de lgbtqia+ que se forma a partir da afinidade com religiões de matrizes africanas e se choca com comunidades (ainda que também lgbtqia+) de outras religiões. É importante, nesse primeiro momento, a identificação mútua de vidas enquanto vidas (seja das pessoas, seja das comunidades) e, então, sentipensar práticas que elas estejam preservadas. Podemos imaginar outras possibilidades: comunidades lgbtqia+ de pessoas brancas no encontro com pessoas negras; comunidades de homens homossexuais cis no encontro com pessoas trans e travestis; e por aí vai.

Só por esses exemplos não parece difícil perceber que esse cruzamento é o mais distante de algumas realidades e, talvez, o que mais nos impeça de entender essas relações entre lgbtqia+ enquanto comunidades. São outros atravessamentos que estão em jogo. Entretanto, eu permaneço nessa defesa entendendo que o que une enquanto comunidades lgbtqia+ pode ser o cruzamento do respeito, muito determinado pelo *reconhecimento do outro*. E isso não está colocado, mas já é construído em alguns momentos e pode ser ainda mais.

Entendo que é esse re-conhecer (entrar em contato, encontrar, se conectar e, até, se reconhecer) que vai implicar no elemento do respeito. Um cruzamento que inventa outras formas de lidar com o mundo e com as relações que não as coloniais. Comunidades lgbtqia+ estão no plural e agem no plural.

A ideia de *projeção de mudanças*. Está no cruzamento entre a não desistência de produzir conhecimento para a emancipação, a formação de comunidades de mudanças, a construção de cidadanias lgbtqia+ e o aprendizado de insistir/reagir/lutar.

Em um primeiro momento, entendo que projetar mudanças envolve a construção de uma agenda lgbtqia+ para o mundo. Cabe sinalizar que essa movimentação é dinâmica e que não é produzida do zero. Ou seja, já passou e ainda passa por disputas frequentes. Em geral, parece estar aliada às questões de direitos civis e fundamentais: criminalização da lgbtqia+fobia (e as discussões em torno das criminalizações no país); casamento civil igualitário; currículo e inserção dessas pessoas nas instituições; saúde pública adequada às diversas nuances das comunidades; trabalho e renda; etc. Algo que pode ser facilmente verificado no trabalho de Bruna Irineu quando trata das propostas saídas das Conferências Nacionais LGBT.

E então, aliado a tudo isso, está um lugar importante nesse elemento que é a autonomia. Essa autonomia está voltada à produção de

conhecimento que rompa com colonizações. Nesse sentido, a defesa é pela ideia que comunidades lgbtqia+ projetam mudanças que intencionalmente continuam a descolonização e Bons Conviveres por serem autônomas.

Por exemplo, quando moradias coletivas acolhem e criam dinâmicas financeiras junto às pessoas lgbtqia+ que não necessariamente passam por regulações do Mercado, há uma possibilidade de mudança na forma como a economia é entendida, ao mesmo tempo que se trata de um exercício de autonomia; ou ainda quando se produz conhecimentos historiográficos (e outros conhecimentos até) que sejam pensados a partir das pessoas lgbtqia+ pode se configurar como uma autonomia na elaboração de sentipensares (que não estejam atravessados exclusivamente pelas heterossexualidades e colonialidades) e, ainda assim, uma promoção de mudanças na forma como se constrói o mundo.

Lembrando com Arturo Escobar (2016, p. 199) que “a autonomia implica uma condição ontológica de ser comunal”, entendo que as comunidades lgbtqia+ fortalece esse processo na projeção de mudanças (enquanto mudanças comunitárias, de comunidades de mudanças).

Considerações finais

Todos os grupos ou movimento políticos lgbtqia+ vão possuir pelo menos um desses elementos? Talvez não.

Algun vai possuir todos eles? Aí que provavelmente não mesmo.

O que trago aqui, então, são possíveis que se abriam nas ruas por onde caminhei e eu me deixei seduzir. Eles não estão descolados de experiências concretas que tive, mas também não servirão para determinar todas as experiências de relação entre pessoas e grupos lgbtqia+. São elementos que podem ser mutáveis e adaptáveis — que podem estar muito fortes em algum espaço e menos fortes em outros.

Referências

CUSICANQUI, Silvia Rivera. Sobre la comunidad de afinidad y otras reflexiones para hacernos y pensarnos en un mundo outro - entrevista de Huáscar Salazar Lohman. **El Apantle. Revista de estudios comunitarios**. Producir lo comum. p. 183-202, 2019.

ESCOBAR, Arturo. **Autonomía y diseño**: la realización de lo comunal. Editorial Universidad del Cauca, 2016.

TUHIWAI SMITH, Linda. **Descolonizando metodologias**: pesquisa e povos indígenas; tradução. Roberto G Barbosa. Curitiba: Ed. UFPR, 2019.

ZIBECHI, Raúl. Los trabajos colectivos como bienes comunes material/simbólicos. **El Apantle. Revista de estudios comunitários**. Producir lo comum. p. 59-78. 2019.